

J. P. PEIXOTO ▪ J. V. GONÇALVES ▪ A. A. MARQUES DE ALMEIDA ▪ J. T. OLIVEIRA ▪ J. P. OSÓRIO ▪ R. CARVALHO ▪ L. ALBUQUERQUE ▪ R. RODRIGUES  
J. V. GOMES FERREIRA ▪ F. D. SANTOS ▪ A. J. ANDRADE DE GOUVEIA ▪ A. M. AMORIM DA COSTA ▪ B. J. HEROLD ▪ JOÃO L. L. C. OLIVEIRA CABRAL ▪ J. A. LEITÃO ▪ N. GRANDE ▪ J. C. DA COSTA ▪ A. RODRIGUES ▪ A. TORRES PEREIRA ▪ B. FERNANDES ▪ J. M. GIÃO T. RICO ▪ MILLER GUERRA ▪ M. PORTUGAL V. FERREIRA ▪ J. M. COTELO NEIVA ▪ A. RIBEIRO ▪ M. TELLES ANTUNES  
F. C. GUERRA ▪ A. CORREIA ALVES ▪ F. CASTELO-BRANCO ▪ A. FERNANDES  
A. R. PINTO DA SILVA ▪ C. M. L. BAËTA NEVES ▪ A. X. CUNHA ▪ A. C. QUINTELA  
SUZANNE DAVEAU ▪ ORLANDO RIBEIRO ▪ J. E. MENDES FERRÃO ▪ ILÍDIO AMARAL ▪ O. TEOTÓNIO DE ALMEIDA ▪ F. GUERRA ▪ ALLEN G. DEBUS  
WILLIAM R. SHEA ▪ A. IRIA ▪ F. R. DIAS AGUDO ▪ M. JACINTO NUNES

---

# HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

II VOLUME

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS

---

PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

LISBOA • 1986

<sup>18</sup> *Ibid.*, pp. 78-79.

<sup>19</sup> See W. H. Newton-Smith, *The Rationality of Science*. London: Routledge and Kegan Paul, 1981, especially pp. 266-273.

<sup>20</sup> Thomas S. Kuhn, *The Essential Tension*, Chicago: The University of Chicago Press, 1977.

<sup>21</sup> Ian Hacking, *Representing and Intervening*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983; Nancy Cartwright, *How the Laws of Physics Lie*. Oxford, Clarendon Press, 1983. For an empiricist alternative to both scientific realism and logical positivism, see Bas C. van Fraassen, *The Scientific Image*. Oxford: Clarendon Press, 1980.

## A FUNDAÇÃO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

ALBERTO IRIA

### SUMMARY

The author comments on the foundation of the Academy of Sciences of Lisbon and on the important role that this institution is having in the development of Science in Portugal.

He considers that three main conclusions can be taken from the history of the Academy:

- 1— the services rendered to the city where it was founded and grown as well as to all the country. He quotes, as an example, the public free vaccination campaigns;
- 2— the zeal and love of all the academicians for their country;
- 3— the union and solidarity among the academicians, that has exceeded national and international crises along history.

Next, the author indicates the most important men that, with the help of the reigning Queen, organized and consolidated the Royal Academy of Sciences of Lisbon: the 2nd Duke of Lafões, the 6th Viscount of Barbacena and the Abbot Correia da Serra.

According to the Statutes of 1780 the primary duty of the Academy would be the defense of home language, as stated Teodoro de Almeida in his polemic inauguration speech on 4 July 1780.

The contribution of the Academy to the development of Science in Portugal is related to the institution of several academic prizes, as a means to support and develop creativeness of our scientists and also as a solution to practical problems, especially in the agriculture field by the end of XVIII century.

The author finishes by appealing to the preservation and divulgation of its extraordinary library, that should be brought to day light, so that the world could learn the importance of its cultural action, since the foundation until nowadays.

Exmo. Senhor Presidente da República  
 Excelência  
 Exmo. Senhor Ministro da Cultura  
 Exmo. Senhor Presidente da Academia das Ciências de Lisboa  
 Exmo. Senhor Representante da Sua Eminência  
 o Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa,  
 Cónego Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira,  
 Secretário-Geral da Academia Portuguesa da História  
 Exmo. Senhor Secretário-Geral do Colóquio para a História  
 e Desenvolvimento da Ciência em Portugal  
 Exmos. Senhores Representantes de entidades oficiais,  
 civis, militares e navais.  
 Senhores Académicos,  
 Senhoras e Senhores

Grave lacuna constituiria, por certo, se, ao menos no encerramento deste Colóquio para a História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal — o primeiro deste género aqui efectuado — onde aliás tanto e tão brilhantemente se falou de História das Ciências no nosso País, algo mais se não dissesse acerca da fundação desta Academia, embora pela voz apagada de um simples bibliotecário-arquivista, licenciado em História e Filosofia, portanto, o mais modesto dos seus Académicos. E assim é que está correcta a minha qualificação e justificada intervenção. Mas outra voz mais autorizada, a do Prof. Doutor Fernando Dias Agudo, também agora iria dissertar sobre a específica contribuição da nossa Academia para o Desenvolvimento da Ciência em Portugal, se motivo imprevisto de falta de saúde não o tivesse forçosamente impedido. Também desta tribuna me permito lamentar a sua ausência e fazer votos pelo seu pronto restabelecimento.

E também deste lugar não me dispense de formular iguais votos pelas melhoras de outro ilustre confrade, Prof. Doutor José Tiago de Oliveira, membro da Comissão Coordenadora deste Colóquio e nele moderador do sector de Matemática.

Todavia quem, como eu, alguma vez tenha podido compulsar aqui o ainda riquíssimo arquivo da Academia, que se reparte também pela

valiosa secção de manuscritos da sua não menos riquíssima Biblioteca — a terceira biblioteca pública do País — em cujo Salão Nobre agora nos encontramos e onde aliás pairam as presenças tutelares do grande D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas e do benemérito Frei José Mayne e as de tantos outros, facilmente chegará desde logo a estas três importantes conclusões:

1.º — no decurso de toda a sua existência, a Academia das Ciências de Lisboa, que na sua fundação entusiasmou o povo português, tem desinteressadamente servido sempre, não só a cidade onde nasceu, a 24 de Dezembro de 1779, mas também o País, especialmente por ocasião das invasões francesas, quer na assistência socio-económica aos refugiados na capital, quer na vacinação pública e gratuita da sua gente. E também serviu a própria humanidade, sempre fiel à sua bem conhecida e inspirada divisa latina, que nunca é demais repetir: *Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*;

2.º — o comprovado «zelo e amor da Pátria» dos seus fundadores, também inspirou e encorajou sempre, ao longo de mais de dois séculos, a sua não menos comprovada ânsia criadora e renovadora da actividade científica, até nas ocasiões das maiores crises nacionais que nela, obviamente, se reflectiram;

3.º — a chama ancestral e humana da sua também comprovada solidariedade académica, aqui transmitida de geração para geração, sob as mais diversas formas e, em determinados e conhecidos períodos críticos da história nacional, só aparentemente mais bruxoleante ou enfraquecida, tem no entanto continuado sempre viva, entre todos os seus sócios, nacionais e estrangeiros, num salutar convívio amigo de tolerância e de compreensão mútuas.

\*  
\* \* \*

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A minha fala de hoje, embora documentada em anteriores comunicações de minha autoria, apresentadas a esta Academia, teve naturalmente de ser limitada e reduzida, o mais possível, ao que me pareceu essencial recordar.

Contemporânea do progresso renovador da Europa setecentista da época, o Século das Luzes, e nele inserida, como nos vai ainda falar aqui o prestigioso cientista e dedicado presidente actual, Senhor Prof. Doutor José Pinto Peixoto, também presidente da sua Classe de Ciências, a Academia das Ciências de Lisboa nasceu na hora própria, mas não de um jacto, evidentemente. Bastante amadurecida a ideia, ela apareceu no entanto depois das de Paris, Londres, Berlim e S. Petersburgo, e também já muito depois de outras então instituídas em Portugal, mas completamente diferente de todas elas, entre as quais se contava a sua irmã mais velha, a Real Academia Portuguesa da História, criada como se sabe por D. João V e depois restaurada em nossos dias, vai já para quase meio século.

O pleno êxito da projectada organização e a consolidação institucional da Academia das Ciências de Lisboa ficaram a dever-se — é da mais elemental justiça recordá-lo — à conjugação harmoniosa dos porfiados esforços de três grandes figuras principais, que desde logo contaram com o decisivo apoio da soberana reinante.

Em primeiro lugar, ao seu indiscutível e principal fundador, o muito viajado e culto 2.º Duque de Lafões, natural de Lisboa, D. João Carlos de Bragança e Sousa Tavares Mascarenhas da Silva e Ligne, Tenente-General do nosso exército, tio da própria rainha D. Maria I, e um dos regressados do seu voluntário exílio após a queda do Marquês de Pombal.

Fonte verídica regista que Lafões, «Dezejozo de applicar ao seo Paiz aquelles mesmos principios», os «da Restauração das Letras e dos Estudos» por ele observados no estrangeiro, «comunicou as suas ideias ao Visconde de Barbacena ...».

E foram estes fidalgos que, «juntamente com [o padre] Joze Correa da Serra», agora todos os três possuídos da mesma «idea da fundação da Academia», puseram ombros à empresa e «lançarão as primeiras linhas para a sua organização ...».

De Lafões chegou até nós, nesta Academia, em primeiro lugar o seu muito divulgado e conhecido retrato autografado — reproduzido do que foi gravado e pintado em França, respectivamente, por Chevillet e Trinquesse. E, em segundo lugar, o seu busto de mármore de Carrara, muito mais tarde esculpido pelo grande mestre Joaquim Machado de Castro, «ao tempo de idade propecta» e, por isso, «ajudado, na obra do busto, pelo melhor dos seus discípulos, o escultor Francisco José Rodrigues ...», busto aliás mandado fazer por subscrição académica. Revelei já nesta

Academia há pouco tempo ainda, a bonita pedra de armas do seu desaparecido jazigo, outrora no convento franciscano dos arrábidos de Santa Catarina de Riba Mar. Mas ainda não vi uma outra representação do seu retrato que, por gentil informação, do actual Presidente da Academia, sei existir em Portugal e em muito boas mãos particulares.

O 6.º Visconde de Barbacena, o primeiro secretário da nossa Academia, nascera também em Lisboa. De seu nome completo Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, era ao tempo «moço de grandes esperanças» e, no insuspeito dizer do padre Francisco Correia da Serra, fez então «tanta honra a escola [universitária] donde sahio — como a Academia em que entra ...».

Mas Barbacena só durante alguns anos serviria aqui o cargo de secretário da Academia, para que fora eleito. Foi-o, apenas, até à sua nomeação para o Governo da Capitania de Minas Gerais. Ali, e ainda antes de mais tarde regressar do Brasil, desconhecido artista fixou-lhe, talvez, o único retrato que dele se conhece, há anos revelado pelo nosso saudoso secretário-geral, e sempre lembrado Amigo, Prof. Doutor D. António Pereira Forjaz.

Sucedeu ao Visconde de Barbacena, como 2.º secretário da nossa jovem Academia, o referido padre José Francisco Correia da Serra, natural da vila fronteiriça de Serpa, no Baixo-Alentejo. Doutor em Cânones pela universidade de Roma, tornou-se afeiçoado amigo de Lafões, logo em Itália e, ali, até «viajaram juntos durante um ano», depois do seu encontro na Cidade Eterna, segundo uns, ou em Nápoles, como querem outros, e tornou-se depois em Lisboa seu grande protegido.

O padre Correia da Serra ou o Abade Correia da Serra, como é mais vulgarmente conhecido, foi nesta Academia o seu Deus *ex-machina*, como já lhe chamou e bem o provou outro saudoso académico, aliás meu antecessor no cargo de Inspector da nossa Biblioteca, o Dr. António Baião. No seu bem conhecido dinamismo, e de quem o falecido académico, Dr. Silva Carvalho, meu patrício, nos deixou erudita biografia, Correia da Serra chegou até a desempenhar aqui, embora durante pouco tempo, o cargo de tesoureiro ou *depositário interino*. Mas nestas funções de tesoureiro distinguiu-se de forma excepcional o seu sucessor, durante muitos anos, Bartolomeu da Costa que, além do mais, foi marechal de campo do nosso exército. É actual académico-tesoureiro o já atrás referido cientista, Senhor Prof. Doutor Fernando Dias Agudo.

Todavia, a nova e a mais exaustiva biografia de Correia da Serra, tanto quanto sei, baseada na epistolografia de e para ele dirigida, fica a dever-se ao estudo do infatigável académico francês e grande lusófilo que sempre foi, o Prof. Doutor Léon Bourdon.

Nesta Academia, e ainda de Correia da Serra, que foi, como se sabe, representante diplomático de Portugal nos Estados Unidos da América do Norte, e a quem Lafões considerou e chamou o «elefante científico e literário», deixou-nos Domenico Pelligrini a vera effigie, numa admirável tela a óleo por ele assinada, mas ainda sem as condecorações recebidas — as das Ordens de Cristo e de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa — retrato pintado e datado ainda no exílio em Londres, em 1799, onde aliás Correia da Serra permaneceu até 1802.

Esta famosa tela de Correia da Serra existe hoje nesta Academia, onde ainda possuímos outra, mas de pintor desconhecido e já com todas as condecorações, retrato aliás «alindado e retocado», como diz Silva Carvalho.

Impossível referir agora os nomes e circunstâncias de todos os sócios fundadores desta Academia, sobretudo os mais intimamente ligados às três proeminentes figuras acima mencionadas: Lafões, Barbacena e Correia da Serra. Todavia seja-me permitido citar apenas o nome de um deles, o célebre botânico italiano que, de Génova, Nicolau Piaggio recomendara a Pombal e foi lente de História Natural e Química na Universidade de Coimbra, director do Jardim Botânico da Ajuda, nascido em Pádua e falecido em Lisboa, precisamente no próprio ano do falecimento da régia protectora desta Academia, D. Maria I. Que me relevem as simples referências a Domingos Vandelli os doutos participantes neste Colóquio, em especial o seu moderador nas Ciências Naturais, Senhor Prof. Doutor Abílio Fernandes, que, com a sua reconhecida autoridade, dentro e fora do País, é hoje o nosso grande especialista da História da Botânica em Portugal.

Apesar de, com o seu diploma de 24 de Dezembro de 1779, a Rainha D. Maria I — de quem certo pintor inglês parece haver fixado para a posteridade a única tela a óleo da Soberana existente aqui — ter então aprovado o respectivo Plano de Estatutos, logo apresentado

pelos seus primeiros sócios fundadores, a verdade é que só em 16 de Janeiro de 1780 a nova Academia começou a funcionar.

Foi efectivamente só nesta data que se reuniu a sua primeira «Assembleia particular», no Real Palácio de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> das Necessidades, onde também então co-habitava a Congregação do Oratório. Ali a instalaram e a deixaram funcionar durante alguns anos, no apartamento da antiga Junta dos Três Estados, constituído por «tres cazas boas, e hũa pequena alem da Sala...».

Foi também ali, naquela Sala, onde mais tarde foram inauguradas as Cortes Constituintes de 1821, que se fez também a leitura do referido Plano de Estatutos, logo publicados em 1780, com a divisa latina atrás mencionada. Nesses Estatutos se definiram os seus objectivos práticos e utilitários, com vista ao desenvolvimento e progresso das ciências em Portugal. Na linguagem dos próprios Estatutos, esta Academia ficava:

— «... consagrada à glória, e felicidade publica para adiantamento da Industria Nacional, perfeição das Sciencias, e augmento da industria popular».

Impossível, porém descrever, resumidamente que fosse, o relato das primeiras sessões da Academia, ao menos até ao final do século da sua fundação, único período de que trato agora.

Mas vale a pena extrair de algumas delas e de outros papéis, o que me parece, neste momento, mais digno e expressivo da sua actividade inicial, sobretudo num Colóquio desta específica temática.

Assim, na sessão de 30 de Janeiro de 1780, deliberou a Academia que, nas suas Memórias, só deviam incluir-se «couzas novas ou aperfeiçoadas de maneira que interessassem o publico...».

Para publicar a «completa Historia Literaria deste Reino», foi então resolvido convidar «as pessoas eruditas e zelozas do bem da Pátria...».

Na sessão de 28 de Junho de 1780, deliberou a Academia iniciar a «composição de hum completo Diccionario da Lingua Portuguesa», de cujo plano foram censores o próprio Duque de Lafões, Gonçalo Xavier de Alcáçova e Joaquim de Foyos, e de cuja história e publicação, aliás incompleta, é hoje devotado especialista o académico Prof. Doutor João Malaca Casteleiro.

E nessa sessão também se registou que famoso oratoriano, o P.<sup>o</sup> Teodoro de Almeida, se propunha publicar «huns elementos de geometria», para uso dos nobres alunos da Academia, os primeiros dos quais se sabe terem sido o Visconde de Fonte Arcada «e seo Irmão D. Joaquim».

Finalmente, a 4 de Julho seguinte, efectuou-se a sessão solene de Abertura da Academia ao público, dia de festa da nossa Rainha Santa Isabel, sua padroeira e advogada, festa já hoje de há muito esquecida, mas que se celebrava todos os anos na Capela Real. Porém, o seu retrato a óleo, de pintor desconhecido, ainda aqui existe, como à espera de quem promova a renovação da sua festa académica.

Nessa memorável sessão, o P.<sup>o</sup> Teodoro de Almeida, então já eleito orador oficial da Academia, proferiu um célebre discurso, que causou depois muita celeuma entre os que se tinham oposto à sua fundação. São conhecidas algumas das «Catalinárias» ou cartas críticas e satíricas que circularam a propósito daquele oratoriano, ao expressar no seu discurso o pensamento e os anseios dos fundadores da Academia, o qual traçou também, em linhas gerais e para o futuro, um autêntico programa de acção, de flagrante actualidade.

Repare-se como principiava:

— «Quantos famosos Portuguezes benemeritos na Republica das letras hão de sahir agora do Sepulchro do esquecimento, sendo atéqui por culpa dos que possuíam as suas obras ignoradas dos estrangeiros, e até pouco conhecidas dos nossos (...).»

Depois de prometer que, desses esquecidos mas «famosos Portuguezes benemeritos na Republica das letras», a Academia iria agora «publicar os seus manuscriptos, ou cobertos do pó com desprezo, ou com avareza guardados nos mais reconditos arquivos...», e que «novas ediçoens com eruditas notas lhe darão hũa mais brilhante vida...», o nosso orador oficial faz o primeiro e entusiástico elogio da Língua Portuguesa, então ouvido no seio académico.

Considera-a «talvez a mais preciosa de toda a Europa, a filha primogénita e mimoza da Latina», que «une em si todas as belas qualidades, que dispersas se estimão nas outras, a suavidade, a doçura, sendo masculina e nobre, a força, a energia, o enfase, a abundancia e regularidade...».

E, numa curiosa antevisão, o P.<sup>o</sup> Teodoro de Almeida descreve, assim, todo um fecundo programa humano de acção e de convívio científico para a jovem Academia, por sinal, ainda hoje bem actual e sempre desejável:

— «Nesta Corporação, Senhores, não hade haver — diz ele — membro inútil, nem tambem algum que seja mais do que as suas forças permitem oprimido com trabalho; todos mutuamente se hão de ajudar...».

E mais adiante antevê ainda:

— «... aqui huns descobrem manuscriptos (...) ali outros os traduzem, com gosto, outros os publicação com elegancia. Lá estarão aqueles observando os mineraes, as aguas, as plantas, nhũa palavra, a Natureza, quando da outra parte estão outros tentando experiencias, fazendo observaçoens, imaginando projectos: aqui se formão novos instrumentos, e maquinas, ali se reformão, e aperfeição as já conhecidas; acolá se verão outros trabalhando com incansavel applicação nas Mathematicas e no calculo, outros fazendo faceis as doutrinas mais espinhozas, e dificeis, semeando na mocidade o gosto, a critica, o desejo de estudar e Saber».

Mas o P.<sup>o</sup> Teodoro de Almeida, que, como se sabe, foi também um grande cientista, ao exortar todos os seus confrades académicos ao Trabalho, para «gloria da Nação», «Bem da Pátria» e «Publica utilidade» — são expressões suas — a todos recomenda e aconselha mais outro salutar princípio, sempre actual, sobretudo nos arraiais do já então possível mas injustificável absentismo académico...

— «Não nos contentemos pois — disse ele — com o honroso nome que esta Corporação nos dá, mas aspiremos a pagar-lhe com a solida honra, que de nós espera, pelo nosso trabalho, a que nos faz por nos ter associado».

A primeira sessão solene da abertura da Academia não se limitou unicamente ao discurso inaugural. Constituiu também desde logo uma sessão de trabalho, em obediência ao pragmatismo da época, e na qual foram apresentadas algumas comunicações. E, entre estas, a de Pedro José da Fonseca, que falou especialmente do «Plano de hum Diccionario de Lingua Portuguesa», cuja auspiciosa publicação a Academia então projectava, e, como se sabe, começou mas não passou então do primeiro volume.

E só depois de propostos os programas de acção académica para 1781 e 1782, é que foi encerrada esta memorável sessão pelo Duque de Lafões, num «curto mas eloquente discurso...», cujo texto se desconhece, como infelizmente muitos outros por ele proferidos ao longo da sua longa vida académica de mais de um quarto de século.

Ainda em 1780, mas já em 18 de Outubro, a Academia fazia também a sessão de abertura do seu primeiro e novo ano académico.

O Marquês de Penalva proferiu a oração inaugural e alguns académicos fizeram também comunicações. Assistiu a ela o embaixador de Marrocos, «aquem o Duque [de Lafões] — registre-se — por simples curiosidade, esta pequena nota mundana bem singular e exótica — fez

hum grande tratamento à Turca com trastes que trouxe de Constantinopla ...».

Mas a tal ponto a nossa jovem Academia tinha já despertado tão vivo interesse no estrangeiro, que nela foi recebida, depois da entrada para sócio do grande D'Alembert, ainda em 1780, uma carta dos «Autores da Enciclopédia» Francesa, «pedindo à Academia Luzes e correcções para tudo o que respeita a Portugal naquela obra».

Assim o informava Correia da Serra ao famoso Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, acrescentando:

— «Tem vindo varias cartas dos Paizes mais remotos com propozições à Academia que mostram assaz a curiosidade que ella tem movido ...».

O próprio D'Alembert, já em 2 de Novembro de 1781, ao agradecer de Paris a sua eleição para a Academia, que lhe tinha ultimamente enviado o respectivo diploma, escrevia o seguinte, com aquela humildade científica que é apanágio dos grandes homens, em qualquer parte do mundo civilizado:

— «Je suis bien éloigné de m'en croire digne par mes faibles ouvrages; mais je me flate au moins, Messieurs de n'en être pas tout à fait indigne par ma profonde estime pour vos savants et utiles travaux, par le vif intérêt que je prends, et par mon respect pour votre illustre Compagnie ...». E D'Alembert, como tradicionalmente se crê, figura também na riquíssima galeria dos retratos a óleo da nossa Academia.

Em Portugal, em 5 de Fevereiro de 1781, já de Coimbra, José António de Sá que, entre outras coisas, fora corregedor em Moncorvo e era agora ali professor universitário, autor de alguns trabalhos especialmente consagrados ao desenvolvimento e progresso da agricultura em Trás-os-Montes, escrevia para a Academia, a dizer que:

— «[os] Académicos Fundadores que tanto amão as sciencias e a industria são aqueles em que os Senhores Reis deste Reino tem sempre firmado na Toga e na Milicia as mais arduas empresas do Ministerio ...».

E Luis Caetano de Campos, um entusiasta inventor transmontano, escrevia de Chaves ao secretário da Academia, ao Visconde de Barbacena, para lhe comunicar, em 22 de Junho de 1782, igualmente entusiasmado com a fundação da Academia:

— «Eu tenho formado diferentes projectos, sobre Agricultura, sobre a Navegação de Rios, sobre algumas maquinas novas, e uteis, e emfim sobre muitos objectos, tendendo ao alívio, e felicidade dos Povos ...».

Do próprio Brasil chegavam à Academia os primeiros entusiásticos ecos que também lá suscitou a sua fundação, pela autorizada pena do

bem conhecido e celebrado Alexandre Rodrigues Ferreira, como igualmente depois chegariam dele também algumas das suas famosas máscaras e outros testemunhos da sua não menos famosa *Viagem Filosofica* pelas brasilicas terras, objectos — o que resta — aqui ciosamente ainda conservados e só há pouco tempo restaurados, depois de muitos anos de imperdoável e lamentável esquecimento ...

Respondia ele à Academia, em 2 de Fevereiro de 1784, ao referir-se às instruções dela recebidas, para que lhe desse conta «da historia do paiz, da sua população, forças, industria, agricultura, mechanica, medicina Theologia; Lingua, etc. ...», exclamava:

— «... ah, se fôra tão facil a hum unico naturalista o executar isto que a tantos custou o escrevê-lo, e recomenda lo somente! Com tudo — prometia o infatigável Alexandre Rodrigues Ferreira — de cada coisa irá o seu pouco ...».

Entretanto Custódio Gomes de Vilas Boas, capitão de Artilharia e professor da Academia Real da Marinha, magistralmente recordado neste Colóquio pelo Senhor Prof. Doutor José P. Osório, cedo começara a estudar e a projectar o estabelecimento, numa das vetustas Torres do Castelo de S. Jorge de Lisboa, do Observatório Astronómico da Academia, inaugurado em 3 de Janeiro de 1787, com a presença de Lafões e de outros académicos. A sua primeira observação foi curiosamente a de um eclipse total da Lua. E já então funcionava também, no Real Palácio das Necessidades, o próprio Gabinete de História Natural da jovem Academia Real das Ciências de Lisboa.

Bem animadora a carta que Domingos Vandelli endereça à Academia, em 10 de Maio daquele ano:

— «Estimei muito ouvir que o Exmo. Senhor Duque [de Lafões] continua com o mesmo fervor pela Academia, porque assim estamos seguros da sua continuação e adiantamento; e sem o dito Senhor era impossível que se podesse (sic) estabelecer a Academia de Sciencias em hum paiz, no qual como tudo que principião a florecer, são ainda em muito pouco apreço, e sem premio algum (...».

Mas um pequeno lavrador, que também foi académico, José Veríssimo Alves da Silva, ao agradecer à Academia, em 2 de Junho seguinte, precisamente o prémio que esta conferiria ao seu trabalho «para bem dirigir as minhas plantaçoens, posto que pequenas, e para não hir às cegas apoz de huma classe de homens, que pouco raciocinão», declara ter sido esse prémio académico, para ele, «a maior gloria que podia esperar ...».

Em 1786, num dos seus programas, a Academia instituiu nada menos do que oito prémios e medalhas para incrementar a criação de bichos de seda e a plantação de castanheiros. E nessas medalhas, além de figurar a sua já atrás referida divisa latina, foi também esculpida a simbólica «Figura de Minerva» com a vara de Mercúrio e o escudo das armas reais portuguesas.

A propósito desta fidelidade da Academia à sua divisa latina, ainda dizia lapidariamente do Brasil o académico correspondente de Mato Grosso, António Pires da Silva Pontes Leme, ao secretário Correia da Serra, em 19 de Outubro de 1787:

«... a Epigrafe da Academia he a da Utilidade do genero humano nos seus conhecimentos ...».

E o nosso académico italiano João António Dalla Bella, italiano pelo nascimento mas português pelo coração, «Lente de Física Experimental» na Universidade de Coimbra, e neste Colóquio também magistralmente lembrado, no sector da Física, de que foi moderador o ilustre Prof. José Gomes Ferreira, ao congratular-se, em 1 de Abril de 1788, com a nomeação de Correia da Serra para Secretário da Academia profetizava-lhe que:

— «a sua actividade ha de servir muito para illustrar, e augmentar os progressos de hum Corpo que deve produzir a gloria maior deste Reino, excitando os talentos e a industria da Nação ...».

E acrescentava:

— «Estimo muito que a Academia por sua industria e cuidado haja de apparecer em publico com a impressão das obras de seus sócios; porque sobre ser este o maior galardão, que se lhes pode dar de seus trabalhos he de esperar que a Nação se aproveite dellas com muito fructo e muita honra de seu nome ...».

Mas o espírito científico sempre insatisfeito do astrónomo oficial da nossa Academia, Custódio Gomes de Vilas Boas, não deixava judiciosamente de ponderar, a propósito, e já em 8 de Agosto de 1788, até como exemplo do nosso habitual espírito hipercrítico, embora aqui com alguma verdade também, o seguinte:

— «He peço nosso fazermos pouco, porem, imprimimos menos, e ainda que imprimamos mais sempre as nossas obras hão de avultar pouco; porque a nossa língua he pouco conhecida ...». Se fosse hoje, o nosso capitão Vilas Boas não deixaria de admirar e louvar a notável actividade editorial da nossa Academia.

De salientar também aqui, mas agora a propósito dos prémios concedidos pela Academia «sobre estrumes, e cultura das vinhas ...», estas sintomáticas palavras dirigidas a Correia da Serra pelo nosso correspondente Manuel Gomes de Lima Bezerra, em 28 daquele mês e ano:

— «... me alegro de que os nossos nacionaes principiem a imitar as outras naçoens nesta parte que tam necessaria e recomendavel he para o bem da nossa patria ...».

Para além de outros muitos testemunhos agora forçosamente omitidos, de que, com os seus propósitos utilitários e práticos, a fundação da Academia entusiasmava cada vez mais os portugueses, é também de referir o caso de um bem conhecido industrial francês então estabelecido em Lisboa, com fábrica de chapéus, o conhecido Jacome Raton. Ao saber que na «Real Academia das Sciencias se havia proposto hum novo descobrimento de se fazerem chapeus ...», ofereceu a sua própria fábrica, na Rua Formosa, para ali a Academia fazer as suas experiências, certo de que, dizia ele, «todos os laboriosos trabalhos da Real Academia só tendem a instruir o publico para beneficio comum ...».

Ainda do Porto, em 13 de Agosto de 1789, o nosso grande ictiólogo dessa época, o académico Constantino Botelho de Lacerda Lobo, lembra ao Secretário da Academia que lhe parece «útil fazer-se a Ictiologia Lusitana» e pede-lhe «a lembrança de tudo aquillo que fôr util ...».

E para se poder avaliar melhor até que ponto iam os propósitos utilitários e práticos da recém-fundada Academia, com vista ao bem comum, bastará ainda lembrar que, em 24 de Março de 1790, publicou ela um Edital subscrito por Correia da Serra, precisamente destinado a divulgar entre o povo medidas e conselhos para socorrer afogados e asfixiados, em Lisboa e seu termo, «e nas costas do Tejo, que lhe estão fronteiras ...», *na outra banda*, portanto, uma iniciativa pioneira que precedeu de muito os actuais Socorros a Náufragos.

Em 1792, quando já tinha deixado o Real Palácio das Necessidades e ocupava nova sede, agora num Palácio aqui perto, que fora do embaixador de Inglaterra, «na Rua do Poço dos Negros, tornejando para a serventia ainda hoje chamada Beco do Carrasco ...», aceitou a nossa Academia o oferecimento do seu sócio Francisco de Borja Garção Stockler, o bem conhecido 1.º Barão da Praia, para estudar o importante «nivelamento do Tejo de Almourol para baixo ...», estudos em que nos tornámos Mestres, como também ainda hoje somos na construção de barragens.

Sempre preocupada, em todos os tempos, com a saúde pública, a recém-fundada Academia deliberou, em 25 de Maio de 1793, que «se fizessem avisos aos sócios medicos para effectivamente se adiantar a Medicina Nacional...», aliás importante aspecto, também magistralmente tratado no Colóquio que hoje encerra e de que foi moderador o seu secretário-geral, o não menos prestigioso académico e bem conhecido neurologista, Senhor Prof. Doutor Vasconcellos Marques.

Em 1795, quando tinham já decorrido dezasseis anos após a sua fundação, a jovem Academia tomou outras medidas, algumas dignas de também serem aqui salientadas, ainda que só muito rapidamente, como é forçoso.

Assim, por exemplo, em 28 de Março, autorizou o seu sócio correspondente Francisco Vieira Goulard a fazer experiências no laboratório da sua própria sede — não ainda neste edifício onde hoje estamos — sob a vigilância de Domingos Vandelli. Destinavam-se tais experiências a verificar a sua teoria nova do fabrico de pólvora sem enxofre.

A 20 de Junho, foi deliberado fazer-se a renovação dos programas académicos de prática de agricultura, com a promessa de um prémio para desenvolver a cultura da batata, a qual tomou então acentuado incremento nos meios rurais do País. Sei que do histórico da cultura da batata e da importância por ela assumida na vida rural portuguesa, se ocupará ainda este ano o académico Prof. Doutor Manuel Viegas Guerreiro, meu patricio e Amigo, que foi dilecto discípulo e continuador da monumental obra etnográfica de Mestre José Leite de Vasconcelos.

A 30 de Junho obteve a Academia licença, por Aviso Régio, para nomear pessoas idóneas a fim de se empregarem «no descobrimento e arrecadação das Lapidarias de Inscrições que vagarem em qualquer das Províncias do Reino» e, também, para fazerem «a busca de alguns monumentos...», com o evidente propósito de se avançar e progredir no domínio da Arqueologia e da Epigrafia. Desde então até agora muito se terá perdido, em sete ruinosas mudanças de sede, o muito que decento foi recolhido na Academia, ao menos em consequência lógica e natural desta sua determinação. Do pouco ou quase nada que nos resta hoje: uma pedra de armas e duas lápides, agora postas à admiração pública pelo actual Presidente, Prof. Doutor José Pinto Peixoto, ocupar-me-ei dentro em breve, num pequeno estudo de minha autoria.

Em 24 de Julho, deliberou que se comesçassem a editar os numerosos documentos já mandados copiar nos arquivos ou cartórios do Reino, conforme então havia previamente regulado com os mais indicados

académicos: João Pedro Ribeiro, para os cartórios do Norte e Centro do País; e Frei Joaquim de Santo Agostinho, meu patricio, para os do Sul, com vista, obviamente, ao avanço e progresso da História Nacional. A volumosa e desconhecida documentação, inédita ainda, na sua maior parte, copiada e recolhida à Academia, nesse período da sua *Infância*, como lhe chamou António Baião, representa gigantesco esforço até agora não ultrapassado na valorização da arquivística portuguesa.

Mas foi já em 1 de Outubro de 1798, que pelo Governo foi pedido à Academia o seu parecer, «com madureza e reflexão», acerca do Plano de Instrução Pública. Alexandre António das Neves Portugal, o visconde de Barbacena, José Maria Dantas Pereira, Agostinho José da Costa de Macedo, António Ribeiro dos Santos e Joaquim de Fóios, todos grandes nomes da Cultura desse tempo, constituíram a Comissão académica para estudar tão importante assunto.

Outro Aviso do Governo, de 1 de Abril de 1800, pediu à Academia que se pronunciasse também sobre o Plano da Reforma do «estado do Correio e Posta do Reino» e do melhoramento que pudesse ela admitir para a sua administração. Projectava-se, portanto, também sob este aspecto, fazer progredir e actualizar o País.

E quase a terminar o século da sua fundação, diga-se ainda de passagem, a Academia registava já um importante núcleo de publicações, avulsas e seriadas, que foram o promissor embrião das que depois se lhes seguiram e saíram dos seus próprios prelos, da sua oficina tipográfica privativa, infelizmente já de há muito inexistente.

\*  
\*  
\*

#### Minhas Senhoras e Meus Senhores

Se é certo que, como disse um dia Joaquim de Vasconcelos, algumas das suas «empresas não passaram de projectos», a verdade é que, infelizmente também, podemos agora acrescentar, sem receio de desmentido, nem tudo o que de muito prático e útil a Academia cumpriu e até acumulou no seu arquivo e na sua Biblioteca, ao longo de mais de dois séculos de existência, nem tudo isso, dizia, viu ainda, na totalidade, a luz da imprensa. E quando essa luz um dia totalmente o testemunhar, melhor se verá então a já conhecida grandeza de uma Academia que,

indubitavelmente, é ainda hoje factor importante no desenvolvimento científico de Portugal.

O Duque de Lafões, como seu primeiro Presidente perpétuo, eleito, soube e pôde, desde a primeira hora, consolidar a Academia que fundou, com firmeza e resolução. Ela é até muito justamente considerada obra sua, um «monumento das suas Luzes e do seu amor à Pátria...», no expressivo e insuspeito dizer do seu grande amigo e colaborador, o P.<sup>o</sup> Correia da Serra que, mais tarde, ao regressar da sua missão diplomática dos Estados Unidos da América, foi logo saudosamente visitar o seu túmulo.

Só restava agora à Academia, com vista ao Futuro, cumprir, ainda com Lafões, e também depois de Lafões, o voto optimista formulado por aquele seu devotado secretário, logo em 1789, no seu pouco divulgado e conhecido «Discurso Preliminar das Memórias Económicas», das quais ainda nos vai falar agora, do seu contributo «para o desenvolvimento do País», e com a sua especial e reconhecida autoridade no assunto, o Vice-Presidente da nossa Academia e meu Presidente da Classe de Letras, Senhor Prof. Doutor Manuel Jacinto Nunes.

Mas as poucas palavras de Correia da Serra, por ele proferidas em 1789, e que de forma alguma consigo resistir à tentação de as não recordar aqui, bem poderão talvez constituir, na conturbada hora actual vivida no Mundo, um voto unânime de todos os que participámos neste Colóquio e de todos os que trabalham nesta Casa precisamente agora, quando já estamos quase no limiar de uma nova Humanidade cristã, que parece querer de novo erguer-se da onda avassaladora das forças do mal e de tudo quanto se levanta para impedir o seu desejo e salutar ressurgimento. Disse então Correia da Serra:

«Que a Academia contribua quanto puder para que o século de D. Maria I, século da paz, justiça e tranquilidade, seja igualmente o século das ciências, das artes e da útil sabedoria entre os portugueses...».

Todavia, e já para concluir o meu pobre discurso, o pouco que disse, do muito que poderia ainda dizer, se não fosse a saudável limitação do tempo, peço agora licença para chamar a benévola atenção dos presentes para o admirável fresco pintado no tecto deste magnífico e singular Salão Nobre, aliás tão carregado de História e único no seu género em Lisboa.

Nele se vê, segundo a simbólica e genial concepção artística de Pedro Alexandrino (que, a meu ver injustamente, não tem sido considerado um grande pintor do século XVIII, mas que, como soube e pôde,

muito laboriosa e afanosamente enriqueceu a Lisboa do seu tempo e foi director da chamada Academia do Nu), nele se vê, dizia, a sabedoria infinita de Deus, do Padre Eterno, a presidir às limitadas criações do engenho humano, às Letras, às Ciências, e às Artes. Umas e outras, aliás, opulenta e ricamente ainda representadas nesta vetusta Biblioteca do Convento de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> de Jesus, da Terceira Ordem regular de S. Francisco, da Província de Portugal, como mostram, aqui também, as velhas lombadas douradas dos seus livros, arrumados nas estantes setecentistas, nas quais se respira, contudo, sabedoria nacional e estrangeira muito mais antiga, trazida à luz dos mais diversos prelos, no espaço e no tempo, há mais de quatro séculos.

Pois bem! Foi decerto neste lugar, onde agora todos também nos encontramos, e sob aquela simbólica e divina complacência, que Joaquim da Costa de Macedo, o primeiro secretário perpétuo da nova sede desta Academia, depois de o triunfo da causa liberal nos ter dado, em 1834, a posse legal e definitiva de todo este edifício conventual, que ele proferiu estas palavras, que neste momento igualmente traduzem o meu pensamento:

«Com quanto prazer queimaria eu algum incenso aos talentos de tantos consócios beneméritos! Mas o dever de accomodar em curto espaço grande multidão de matérias, impõe-me penoso silêncio».